

A URBS DOENTE MEDICADA: A HIGIENE NA CONSTRUÇÃO DE CAMPINA G(g)RANDE, 1877 A 1935¹

Giscard Farias Agra²

Introdução

“O qualificativo de – grande –, que tem esta cidade, tem sido até hoje somente uma aspiração; faz-se preciso que a nossa administração municipal o torne uma realidade, empregando todos os meios ao seu alcance.”

Irenêo Joffily, 1889³

A epígrafe com que abrimos este texto permite-nos ver como, desde pelo menos o final do século XIX, tentou-se construir a imagem de Campina Grande como uma cidade moderna, civilizada, “grande”, discurso este que iria perdurar ao longo de todo o século XX, selecionando, em cada momento específico de sua história, elementos distintos através dos quais se poderia ver e dizer Campina G(g)rande: economia, política, urbanização, festas, etc.

Pretendemos, ao longo deste texto, fornecer subsídios para responder a *como* o discurso da modernidade elegeu, no século XIX, as doenças como elementos impeditivos do progresso e quais as implicações diretas e indiretas dessa escolha.

Assim, para discorrer sobre como essa idéia foi apropriada e agenciada na cidade de Campina Grande, associamos àquela pergunta inicial a seguinte: como a aceitação dos discursos da modernidade no início do século XX levaria Campina a se tornar uma cidade grande, moderna?

Elegemos como recorte temporal, por sua vez, os anos que vão de 1877 a 1935. Aquele, ano da “grande seca” que os autores estudados instituem como um dos fatores que mais proporcionou o acréscimo populacional e também o crescimento econômico da cidade, levando-a a interagir de forma mais freqüente com outras cidades e a apropriar-se de idéias de progresso que aí circulavam; por sua vez, elegemos como final do recorte o ano de 1935 por ter sido o ano da posse do prefeito Vergniaud Wanderley, ocasião em que Campina já “respirava progresso” antes de ser “sufocada” com ele nas gestões de Wanderley.

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “A Cidade em Diferentes Olhares”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006. Para a versão completa deste texto, cf. AGRA, Giscard F. **A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935**. Campina Grande, PB: Graf. Marcone, 2006.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em História do Norte e do Nordeste do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), bacharel em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), bolsista PIBIC/UFCG/CNPq 2004/2005, e autor do livro **A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877-1935** (Campina Grande, PB: Graf. Marcone, 2006). E-mail: gfagra@yahoo.com.br.

³ “A cidade de Campina Grande II”. *A Gazeta do Sertão*, edição de 01/03/1889.

Entretanto, por várias vezes iremos transpor esse recorte para possibilitar uma compreensão mais integrada dos elementos que compõem a nossa narrativa.

1. A ciência no século XIX: fetiche e panacéia

Um dos elementos mais fortes que caracterizou a virada do século XIX para o XX no Brasil foi o da *fetichização da ciência*. Acreditava-se que ela era capaz de produzir verdades absolutas, que tudo era explicável através de seus rigorosos métodos de investigação e que a vida seria melhor se pautada em preceitos científicos. Esse poder de *dizer a verdade* atribuído ao discurso científico foi, aliás, investido a ele por si próprio: para se consolidar nesse lugar, o de *produtor do lugar de verdade*, o discurso científico precisou se legitimar de alguma forma, e tal forma caracterizou-se por, dentre outras ações, desautorizar outros discursos que explicavam a vida, dentre eles, a superstição, o mito e a religião.

Para consolidarem-se como ciências – o que acarretaria na construção de seu lugar como conhecimento autorizado –, as “ciências sociais” (Antropologia, História e Sociologia) teriam que trabalhar com os mesmos paradigmas das “ciências naturais”. Disto, verifica-se, ao longo do século XIX, o surgimento de discursos que, na pretensão de explicar cientificamente o social, apropriavam-se de teorias desenvolvidas no âmbito das ciências naturais e adaptavam-nas para o estudo das sociedades. Entre eles, o *positivismo comtiano*, o *darwinismo social spenceriano* e a *antropologia criminal lombrosiana*.

O positivismo do francês August Comte enunciava que o homem estava em constante *progresso* rumo a uma vida melhor, e esse progresso seria alcançado através do abandono das explicações da sociedade de cunho mais subjetivo, através de superstições, mitos, religião ou metafísica, e pela adoção da razão científica – positiva, objetiva, empírica – como regente da história da humanidade. A razão científica, assim, seria a responsável por propiciar ao homem alcançar esse progresso pretendido.

Outro discurso que pretendeu explicar o social por meio do paradigma das ciências naturais, surgido na segunda metade do século XIX e reinventado por muitos intelectuais brasileiros, foi o do *Darwinismo Social*. Segundo este discurso, todas as sociedades passariam necessariamente por três estágios gradativos de evolução: a *selvageria*, a *barbárie* e a *civilização* – conceitos que diziam respeito ao maior ou menor grau de desenvolvimento da indústria, da sociedade, do governo, do comércio, da linguagem, da literatura, da ciência e da arte. Tal classificação, entretanto, caracterizava a Europa como centro do mundo ilustrado, visto que somente ela já teria alcançado a “civilização”, e desqualificava os demais

povos, ditos e vistos como “bárbaros” ou mesmo “selvagens”, pelo seu menor grau de “evolução”⁴.

Por sua vez, o veneziano Cesare Lombroso, na década de 1870, lançou as bases conceituais para o surgimento da *Antropologia Criminal* que pretendia, por meio da investigação matemática sobre os corpos – medição de crânios, formas anormais da mandíbula, assimetrias na face ou em outras partes do corpo, etc. –, revelar quais pessoas eram “predispostas” à criminalidade e à psicopatia. Com isto, pretendia provar que tanto o criminoso quanto o louco eram seres “natos”, objetivamente detectáveis nas diferentes sociedades por meio daqueles cálculos matemáticos. Tanto a criminalidade como a loucura, então, tornaram-se para a ciência elementos naturais que determinavam o comportamento dos homens⁵.

Assim, positivismo francês, evolucionismo inglês e antropologia criminal italiana chegaram ao Brasil através dos intelectuais brasileiros que iam ao estrangeiro, para estudos ou para lazer, ainda antes da Proclamação da República⁶. Quando retornavam ao Brasil, traziam na bagagem o conhecimento dessas ciências européias oitocentistas e, de forma estratégica⁷, misturavam as idéias de uma com as idéias de outra e professavam uma “ciência brasileira” resultado da aglutinação e justaposição dessas tantas correntes européias⁸.

Um dos principais centros de irradiação dessas doutrinas no país era a cidade do Recife, através da chamada *Escola do Recife*. Por este nome, convencionou-se chamar um movimento intelectual de ampla repercussão, que teve como palco a Faculdade de Direito daquela cidade, tendo o seu auge por volta da década de 1870 com a chamada “geração de 70”⁹, que congregava pensadores, estudiosos, juristas, sociólogos e poetas, preocupados em debater os mais variados temas dentro de suas respectivas especialidades. Vários filhos das elites nortistas, inclusive paraibanos, foram colegas de corredores da Escola do Recife, em diferentes épocas, ao longo do final do século XIX e início do século XX – tais como Irenêo Joffily (o autor da epígrafe com que iniciamos este texto), Hortênsio Ribeiro, Haroldo Mello, Severino Pimentel, Severino Procópio, Irineu Jóffily (filho), Antonio Pessoa de Sá, Arthur de Barros, Carlos Coitinho e Antonio Coutinho, José Tavares, João Suassuna, João Pessoa, Vergniaud Wanderley, dentre vários outros¹⁰.

A simples ida à capital pernambucana de membros dessa elite letrada paraibana para realizarem provas na faculdade de direito do Recife era digna de menção nos jornais locais

⁴ Cf. SEVCENKO, 1993; SCHWARCZ, 1993; CHALHOUB, 2003.

⁵ Cf. SCHWARCZ, 1993.

⁶ Alguns intelectuais brasileiros, inclusive, chegaram a ser alunos do próprio Auguste Comte, como José P. d’Almeida, Antônio Campos Belos, Agostinho Roiz Cunha e outros (Enciclopédia Barsa, vol. 12, 1987, p. 468).

⁷ Cf. CARVALHO, 1990, pp. 27-28.

⁸ Cf. CARVALHO, 1987, p. 24.

⁹ Cf. SCHWARCZ, 1993; SEVCENKO, 1993.

¹⁰ Cf. ALMEIDA, 1962; *Memorial urbano de Campina Grande*, 1996; e edições de *O 15 de Novembro*, de 1908, e de *O Campina Grande*, de 1909.

nas primeiras décadas do século XX¹¹, e, quando de lá retornavam, esses acadêmicos adquiriam sobre o imaginário popular uma espécie de poder discursivo que os legitimava na missão de levar a cidade ao progresso, poder este que Epaminondas Câmara chamou de “mística do anel”¹².

A apropriação e adaptação dos discursos da modernidade pelas elites letradas brasileiras e paraibanas, especialmente do positivismo e do social-darwinismo a partir da Escola do Recife, provocou uma mudança do olhar lançado até então a práticas e usos costumeiros das pessoas. Essa mudança de sensibilidade já era perceptível nos discursos das elites veiculados por periódicos jornalísticos nos últimos anos da Monarquia, mas acabou sendo catalisada pela ênfase maior que o golpe militar de 15 de Novembro – ele próprio, estopim dessas novas formas de perceber o tempo e o espaço que pretenderam modernizar o Brasil “a todo custo” – passou a dar àquelas teorias européias¹³.

Ao se dar visibilidade e dizibilidade à República, ao se pretender alcançar a civilização e o progresso, fez-se necessário calar a Monarquia, silenciando-a, apagando-a da memória e do olhar desse “novo” país¹⁴. O *novo* representava o anseio progressista expresso na *República*, enquanto que o *velho* representava o passado, o antigo, o arcaico, o colonial, a *Monarquia*. E, apesar de Dom Pedro II ser um grande entusiasta dos elementos modernos, a imagem da Monarquia foi construída pelos republicanos de forma pejorativa, vinculando-a a todos aqueles elementos de atraso, justamente com o objetivo de legitimar a ascensão e a consolidação desse “novo” sistema político que transformaria o Brasil num país “moderno”.

O país precisava se modernizar e o olhar moderno se voltou principalmente para o meio urbano, pois as cidades consistiam em símbolos do “novo”, do moderno, em contraposição ao meio rural, ícone do velho passado colonial brasileiro.

Esse processo, portanto, de construção de uma cidade moderna, só poderia se efetivar quando o velho desse lugar ao novo. Assim, casarões coloniais e ruas sem alinhamento

¹¹ Pudemos observar essas notas em diversas edições dos periódicos pesquisados como, por exemplo, em *O Campina Grande*. Este jornal, inclusive, na sua última edição, justificou o fim de sua publicação: segundo ele, com a ida do dr. Antonio Sá, do corpo redatorial do jornal, à “capital do visinho estado do sul” para terminar o curso acadêmico de direito, “resolve-se suspender presentemente a publicação do nosso jornal” (*O Campina Grande*, edição de 29/08/1909).

¹² Epaminondas Câmara (1999) refere-se à “mística do anel” como a influência exercida pelos bacharéis sobre o restante dos campinenses letrados. Apesar de não citar explicitamente o imaginário, é clara a referência que o autor faz a este, visto que analisa como aqueles jovens bacharéis formados nas faculdades de direito ou medicina já existentes em outras províncias, ao regressarem a Campina Grande, adquiriam sobre os habitantes uma força sugestiva quase divina. “Pensava-se que o conhecimento científico tinha limite e que eles [os bacharéis] haviam alcançado a sua plenitude” (p. 63).

¹³ Não queremos, entretanto, afirmar que essas novas sensibilidades provocadas pelo discurso científico europeu foram a causa única da proclamação da República. Entendemo-las como *mais uma* das diversas causas que propiciaram o golpe de 1889, a partir do lugar de onde falamos (Cf. CERTEAU, 1982). Sevcenko, por exemplo, admite diversas outras causas de ordem econômica, política, social e tecnológica que permitiram que o “conluio envolvendo militares radicais, cafeicultores paulistas e políticos republicanos” culminasse na proclamação da República (Cf. SEVCENKO, 1993).

¹⁴ Essa pretensão de construção de um “novo” país é criticada por vários trabalhos de história, mas são particularmente interessantes as críticas que são feitas a esse projeto pelos próprios contemporâneos da República. A literatura ficcional brasileira do período, especialmente a produzida por Machado de Assis e Lima Barreto, é um campo extremamente produtivo para analisar duas vozes críticas a esses projetos da modernidade. De Machado de Assis, por exemplo, cf. *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e *O Alienista* (1882), para verificar as críticas que o autor faz à ciência como panacéia, e *Esaú e Jacó* (1904), crítica ao projeto republicano de nação; de Lima Barreto, por sua vez, nesta mesma linha de crítica ao projeto republicano, cf. *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), *Os Bruzundangas* (1923) e o póstumo *Cemitério dos Vivos* (1956). Para estudos históricos sobre tais autores, cf. CHALHOUB et al, 2003; SEVCENKO, 2003.

foram alguns dos principais alvos. Esse intuito de civilizar, entretanto, não se restringiu apenas à estrutura física das velhas cidades, suas construções e suas ruas, mas fez-se presente também no cotidiano e nos corpos das pessoas, especialmente dos “populares”, pois hábitos e costumes do cotidiano do povo também passaram a ser vistos e ditos negativamente sob a óptica do discurso do progresso. Tomar banho no Açude Velho, escarrar no chão, despejar fezes e urina nas ruas, permitir que porcos e galinhas percorressem livres a cidade, estas atitudes, até então comuns e rotineiras dos habitantes de Campina Grande, passaram a ser denunciadas pelas elites letradas da cidade como sendo costumes “atrasados”, que “mal diziam” a cidade e seu povo para o “forasteiro” que aqui chegasse, e que, além disso, eram responsáveis pelas constantes epidemias que “grassavam” e pelas endemias que haviam se instalado nas cidades paraibanas, que tanto ceifavam vidas e brios dos “valiosos patrícios”.

Todos esses elementos velhos, atrasados e coloniais deveriam ser substituídos por elementos modernos que dessem “ar de progresso” à cidade. E as pessoas tinham que se adequar às novas concepções de tempo e espaço que os produtos daqueles discursos gestaram no meio urbano.

Outra teoria científica que se fortalece em finais do século XIX e que influencia os intelectuais campinenses é a medicina social, que institui a cidade como um “corpo doente”, pretendendo “curá-lo”, medicando não apenas um ou outro indivíduo, mas inventando um novo corpo, a “população”, sobre a qual exercerá o seu gerenciamento¹⁵.

No Brasil, a medicina social desenvolveu-se apresentando elementos das três facetas – estatal alemã, social inglesa e urbana francesa – explicitadas por Foucault: a profissionalização do saber médico e a sua institucionalização sendo realizadas pelo Estado, especialmente com o objetivo de deslegitimar e desautorizar os saberes da chamada “medicina popular”; a análise de locais “perigosos” e a desinfecção de espaços, coisas e corpos que tiveram por fim desodorizar e higienizar a cidade, as ruas, as casas e os corpos, tanto interna quanto externamente; e, por sua vez, a medicalização do pobre e a segregação destes para locais distantes das vistas das elites, colocando-os, assim, longe dos “cartões postais” urbanos que vendiam para o forasteiro a imagem de progresso das cidades.

Assim, associada às diversas outras correntes ideológicas já estudadas, também a medicina social foi introduzida no Brasil e, legitimada e autorizada pelo Estado e pelo estatuto de ciência, encontrou guarida nos discursos acadêmicos, jurídicos e políticos, fundamentando ideologicamente a transformação das cidades coloniais brasileiras em cidades “modernas”.

¹⁵ Cf. FOUCAULT, Michel. “O nascimento da Medicina Social”. In: *Microfísica do Poder*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 79-98

Numa “era de certezas”¹⁶ científicas, o desejo de se “modernizar” associado ao discurso civilizatório levou ao fortalecimento do poder do discurso médico, legitimando-o como único saber que poderia realizar tal objetivo. Assim, os médicos assumiram também o comando político das cidades, pois só por meio de uma “administração competente”¹⁷ se conseguiria alcançar a civilização almejada pelas elites. E esse progresso implicaria em uma série de mudanças pelas quais as cidades deveriam passar. A medicina, portanto, nomeou o elemento indispensável à “evolução” das sociedades – a higiene. Surgiu a figura do “médico-higienista”, que seria amado por poucos e detestado por muitos. O Estado se transformou num “Estado-higienista”. Fora da higiene, não haveria salvação¹⁸. Só com ela a cidade atingiria a civilização. Só por meio de medidas de higiene e saúde pública, Campina se tornaria uma cidade grande.

2. A urbs na mesa de cirurgia: intervenções médicas sobre o corpo doente

Medicar o corpo urbano transformou-se em palavra de ordem do processo de higienização e desodorização das cidades brasileiras, objetivando permitir a circulação de pessoas e de coisas – sujeito e bens para o comércio – pelas artérias urbanas, a circulação do ar para afastar os odores maléficos que, pensava-se, provocavam doenças como malária, varíola, tuberculose, etc., a eliminação das impurezas, a respiração do corpo, da pele, da cidade.

No Estado da Parahyba, o Serviço de Higiene Publica foi institucionalizado em 1911, com o Decreto nº 494¹⁹. Antes desta data, o que tínhamos em termos de higiene pública era limitado a um inspetor na Capital e dois delegados no interior, segundo consta das mensagens presidenciais até então. A Repartição de Higiene, desde sua institucionalização, passou a desempenhar as seguintes funções: polícia sanitária, vigilância médica, desinfecções, vacinação e revacinação, isolamento e demographia sanitária. Era a concretização, na Parahyba, do que Lenilde Sá denomina de modelo tecnológico campanhista/policial²⁰.

O Decreto nº 494 foi produzido justamente no intento higienista daquele período, especialmente baseando-se na campanha de Oswaldo Cruz e Pereira Passos da década anterior, quando estes, sob uma “ditadura”²¹, urbanizaram e higienizaram o Rio de Janeiro à custa de vacinação obrigatória, invasões de domicílio, demolição das casas que não seguissem à risca os códigos de postura e higiene, desarticulação dos grandes aglomerados das áreas centrais, etc. O responsável pelo Decreto, por sua vez, foi o

¹⁶ COSTA et SCHWARCZ, 2000.

¹⁷ Cf. CARVALHO, 1987.

¹⁸ OLIVEIRA, s.d.

¹⁹ Cf. SÁ, 1999.

²⁰ Idem.

²¹ Cf. SEVCENKO, 1993.

presidente dr. João Machado que, como já dissemos anteriormente, havia sido auxiliar de Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro. Talvez por isto mesmo o decreto tenha características extremamente semelhantes àsquelas impostas ao Rio de Janeiro do início do século, até a previsão da autoridade “ditatorial”, expressa na figura da Polícia Sanitária.

A Polícia Sanitária era composta por dois delegados e um desinfetador, e tinha por função percorrer diariamente as ruas da capital, invadindo domicílios a fim de fiscalizá-los, procurando lixo entulhado nos quintais e outros focos de infecção que pudessem comprometer a saúde pública. Aos “infratores” do regulamento legal, sob pena de multa, havia a intimação à construção de aparelhos sanitários que liquidassem tais focos no prazo de trinta dias.

O Dr. João Machado justificava essas ações em nome da higiene, fator que iria levar a Parahyba ao progresso, à civilização. “É preciso que a nossa população se submeta às leis sanitarias sem a preocupação de que ellas possam atingir a liberdade individual, indo mesmo até a inviolabilidade do domicílio”²², dizia o “comandante” do Estado.

Em Campina Grande, por exemplo, as elites letradas, por meio dos periódicos jornalísticos, passaram a exigir da municipalidade a aquisição de carroças para o recolhimento e a condução do lixo, que deveria ser feita, ao menos, uma vez por semana²³. Isto porque denunciavam o aspecto extremamente sujo das ruas campinenses, que o prefeito só mandava homens limparem quando o presidente do Estado visitava a cidade²⁴; nas outras ocasiões, quem limpava o lixo das ruas eram mesmo os porcos²⁵.

Mas levar o lixo para onde?

Alguns carregadores simplesmente o colocavam nas valetas espalhadas pela cidade, abertas por ação das chuvas²⁶. Outros iam depositá-lo no Açude Novo, para azar das pessoas que moravam no bairro São José, que tinham que agüentar a “fedentina” exalada pela decomposição do lixo²⁷. Devido a esse problema, pouco tempo depois se começou a exigir da municipalidade a compra de um forno crematório para dar fim ao lixo e aos problemas urbanos que ele trazia²⁸.

No combate específico às doenças que afligiam o Estado, salientamos a fundação do Instituto Vaccinogênico, em 1913, contra a varíola, e do Dispensário de Tuberculose, na década de 1920, ambos na capital; a vinda à Parahyba da Comissão de Saneamento e Prophylaxia Rural, em 1921, e a fundação do *Posto de Profilaxia Rural e Doenças Venéreas*, em 1923, em Campina Grande, combatendo a malária e a sífilis; e, ainda, a

²² Mensagem Presidencial do dr. João Lopes Machado, 1911, p. 27.

²³ “Limpeza publica”. *O Campina Grande*, edição de 30/05/1909.

²⁴ *O Campina Grande*, edição de 22/08/1909.

²⁵ “Hygiene Publica”. *O Campina Grande*, edição de 15/08/1909.

²⁶ “Higiene Municipal”. *Brasil Novo*, edição de 09/05/1931.

²⁷ “Higiene Municipal”. *Brasil Novo*, edição de 22/08/1931.

²⁸ “Pela Urbs”. *O Rebate*, edição de 23/10/1932.

chegada da americana Fundação Rockefeller, em 1926, no combate à febre amarela; dentre outros.

Tanto por questões referentes ao progresso quanto por questões referentes à higiene, começou-se também a alterar a própria estrutura física urbana de Campina Grande, aformoseando-a. Terraplanagem e calçamento de diversas ruas, arborização de praças, assobramento de prédios centrais, construção de pavilhão sanitário, um Matadouro, o Grande Hotel, alargamento e prolongamento de ruas e avenidas, transferência da feira e, até mesmo, o nascimento dos Asilos de Alienados e de Mendicância, etc. Esse processo, radicalizado nas gestões de Vergniaud “Tempestade” Wanderley²⁹, levou a diversas desapropriações, tensões e conflitos³⁰.

3. Territórios de conflito

O projeto burguês de civilização e progresso, pautado na desodorização dos espaços e higienização dos corpos, não transcorreu de forma harmoniosa como devem ter pretendido as elites enunciatórias desse discurso.

Muitas vezes esse processo acabou gerando conflitos entre as elites letradas e o povo, ou mesmo entre as próprias elites, pois nem sempre – ou quase nunca – havia unanimidade nas opiniões dos diversos sujeitos sobre o que era ou não era parte elementar desse processo civilizador em Campina Grande.

Assim, encontraremos muitos desses conflitos estampados nas páginas dos jornais das primeiras décadas do século XX, conflitos que diziam respeito a costumes e hábitos “populares” que não mais condiziam com os ares de “cidade moderna” que Campina teria que estampar – andanças de cavalo pelas principais ruas da cidade³¹; algazarras dentro dos cinemas, nos circos e pelas ruas, realizadas por “dezenas de moleques vagabundos”³²; andar à noite na praça Clementino Procópio, em meio a diversos buracos e elementos “promíscuos” da sociedade³³, etc. – ; à má prestação de serviços modernos – à Great Western, empresa responsável pelo serviço ferroviário, à Empresa de Luz e Força, responsável pela iluminação da cidade, à municipalidade pelo recolhimento do lixo etc. –; à tentativa de imposição de elementos modernos a contragosto de vários setores da população – vacinação, pasteurização etc. –; ou, até mesmo, aos diferentes projetos de civilização das elites – em destaque, as tensões do período Vergniaud Wanderley.

²⁹ Wanderley, que esteve à frente do executivo municipal durante o período de 1935 a 1937 e 1940 a 1945. O termo “Tempestade” vem de reportagem de *A União*, edição de 25/08/1943.

³⁰ Para maiores detalhes sobre a reforma urbana pela qual Campina Grande passou nas administrações de Wanderley e o impacto social dessas transformações, cf. VERAS, 1988; SOUSA, 2001.

³¹ *O Campina Grande*, edição de 06/06/1909.

³² “O que vai pelo interior – Campina Grande”. *A União*, edição de 09/09/1934.

³³ “De Campina Grande – Flagrantes da cidade”. *A União*, edição de 19/11/1941.

Selecionamos dois episódios da história de Campina Grande para narrar no presente tópico que denotam esses conflitos.

Pretendemos, portanto, destacar aqui algumas tensões que foram geradas em Campina Grande pelas ações tomadas em nome da “higienização” e do “progresso” pretendido pelas elites urbanas. Tensões em que muitas vezes os “populares” aparecem como personagens, mas meramente coadjuvantes, como homens que burlam as normas impostas pelas relações de poder, ou como pano de fundo em um conflito que, na prática, contrapõe os membros das elites – juristas, médicos, administradores, cronistas etc. – a eles próprios, expondo, assim, as divergências internas da classe que se quis crer “homogênea”, bem como dos diversos projetos de civilização e progresso que circulavam na cidade.

3.1 Hortênsio Ribeiro e os praticantes da ciência médica

Neste tópico, pretendemos destacar as constantes críticas do intelectual, advogado, historiador e cronista Hortênsio Ribeiro aos médicos sanitaristas de sua época, em que figura a população mais pobre como pano de fundo da disputa, na tentativa de mostrar como o projeto de civilização e higienização não foi pensado e nem aplicado de forma amistosa.

Com este objetivo, recortamos duas notas veiculadas pelo jornal *A União* e assinadas por Hortênsio Ribeiro no ano de 1934.

Na primeira, datada de 7 de março daquele ano, o cronista vem em defesa do senhor José Cassimiro Barbosa, vulgo “Língua de Aço”, um conhecido curandeiro de Campina Grande que havia sido preso, pela segunda vez, pelas forças policiais, acusado de “exercício ilegal da medicina”. Àquela data, Hortênsio Ribeiro comentou que

É público e notório que José Cassimiro Barbosa, conquanto não esteja habilitado por nenhuma das nossas academias para “matar legalmente”, e sem usar na sua clínica dos nomes arrevesados tão do gosto dos embusteiros da medicina, cujos doentes muitas vezes “escapariam da moléstia se não morressem da cura”, tem feito com as suas benzeduras e raízes de paus curas verdadeiramente milagrosas, sendo de notar que entre os seus clientes restabelecidos se encontram pessoas desenganadas pelos mortícolas de Campina Grande³⁴.

Nesta nota, Hortênsio Ribeiro não somente sai em defesa de um simples curandeiro, de um personagem que, assim como as parteiras e as benzedadeiras, a institucionalização da medicina científica pretendeu fazer sumir do cotidiano das grandes cidades, substituindo-os por médicos e enfermeiras. Ribeiro também denuncia claramente a medicina oficial e os seus praticantes diplomados.

³⁴ “Nota do Dia”. *A União*, edição de 07/03/1934.

Para ele, o que diferenciaria, em primeira análise, o curandeiro do médico seria o fato de que este último estaria legalmente habilitado e autorizado a matar, e esta legalidade para matar ele teria adquirido por ter freqüentado um curso acadêmico. Este pensamento de Hortênsio Ribeiro, portanto, é bem diferente e destoante da “mística” que o anel acadêmico criava na sociedade. O médico não era aquele que detinha o conhecimento pronto e perfeito, o “arauto” da sabedoria, o salvador de vidas, mas era simplesmente aquele que estava autorizado a matar, aquele que, através de seus métodos oficiais de curar, muitas vezes acabava matando o paciente.

Criticando, portanto, a ação do médico, expondo-a como mera questão formal e legal de tratamento, Hortênsio Ribeiro quebrava, assim, com a “mística” do anel, com o fetiche pela ciência médica?

Pensamos que ainda não. O pensamento de Hortênsio Ribeiro não nos parece levar a um questionamento da ciência pela ciência, da higiene e da medicina sanitária como fundamental para a civilização, visto que ele próprio defende elementos dessa higienização em outros artigos³⁵.

Hortênsio Ribeiro, portanto, parece denunciar não a ciência em si, mas os usos que os homens têm feito desta ciência. Assim, não denuncia os conhecimentos científicos, mas a forma impositiva como os médicos diplomados utilizam-se deste conhecimento e a arrogância e insensibilidade com que eles o fazem, levando-os, por exemplo, a desenganarem alguns doentes que poderiam ser salvos com “benzeduras e raízes de paus”. Entendemos, aqui, que o cronista denuncia o modo desumano como tais médicos tratavam os pacientes, tratando-os como meras formulações algébricas de estímulo e resposta, esquecendo-se do “elemento humano”, ou seja, da esperança de cura de cada paciente como elemento importante no tratamento. Por outro lado, os curandeiros, por serem mais “humanos”, mesmo não tendo os conhecimentos científicos necessários, conseguiam passar aos doentes essa esperança da cura.

A arrogância da medicina oficial e a “humanidade” dos curandeiros também seriam enunciadas por José Lins do Rego em um artigo veiculado por *A União*, em 1935. Segundo ele,

Não há no Brasil quem não se tenha receitado com o povo, com as experiências e as superstições que muitas vezes curam mais que a sabedoria dos médicos. Os chás, as infusões de ervas, os emplastros, os xaropes de origem popular curam as dores e fecham as feridas das grandes massas brasileiras para as quais as fromácias (sic) são fechadas porque remédio custa dinheiro e a caridade dos hospitais e das fundações só se exercitam pelas cidades grandes. (...) A medicina do nosso povo não é como a dos médicos titulados, sem entranhas para os doentes perdidos. Um curandeiro nordestino nunca desengana um doente. Há sempre

³⁵ Confira, por exemplo, a “Nota do Dia” de *A União* de 13/08/1936, ocasião em que Hortênsio Ribeiro condena o estado insalubre em que se encontra o Açude Velho, emanando um “cheirinho repugnante” por toda a cidade. Além do mais, o cronista será um dos maiores entusiastas das obras realizadas na primeira gestão de Vergniaud Wanderley em nome do progresso.

esperança de salvá-lo. Quando fracassar as ervas, os esterco, as cascas que vêm da terra ele procura o céu.³⁶

A insatisfação de Hortênsio Ribeiro para com os médicos titulados fica ainda mais clara numa segunda nota que ele publica em *A União*, três meses após a prisão de Língua de Aço.

As classes proletárias brasileiras têm no despotismo médico o seu pior inimigo. Apoiado nos legistas, a classe mais detestável que se conhece, os sanitaristas de meia tijela timbram em exercer o seu empirismo desalmado na mísera população que na infância tem a creche, na doença o hospital e na morte a mesa das dissecações. A burguesia tem a resguardá-la e a defendê-la contra a tirania acadêmica a posição social, baseada no dinheiro.³⁷

Na oportunidade, o cronista, ao comentar uma epidemia de disenteria que assolava Serra Redonda, localidade próxima a Campina Grande, condena as ações dos médicos sanitaristas e dos membros da Fundação Rockefeller que lá trabalhavam com o intuito de evitar o surgimento de uma epidemia de febre amarela. Tais ações, denuncia Ribeiro, consistiam em furar os cadáveres para realizar punção hepática, vilipendiando-os, sem demonstrar o menor respeito ao morto, fosse ele homem, mulher ou criança. Esses atos de desrespeito acabaram provocando a revolta da população, como nos narra o cronista.

Mal medicados, sem assistência alguma por parte da Saúde Pública, que para lá mandou apenas um facultativo que apenas se demorou o espaço de duas horas, o povo de Serra Redonda vitimado pela colerina ainda teve de arcar com os “papafigos” do serviço de febre amarela, que não poupavam cadáver que não esfuracassem (...).

Até o cadáver de uma pobre menina só escapou de ser profanado graças a energia dos seus parentes que quiseram moer a pancadas o “saca-moelas” que, a pretexto de fazer uma punção hepática, tentou rasgar a mortalha que envolvia o corpo da infortunada mocinha.

O desrespeito e a profanação aos cadáveres chegou a tais extremos, que a população rural conseguiu burlar os desmandos dos “papafigos”, enterrando os seus mortos no cemitério de Serra de Pontes, Cachoeira e Mulungu.³⁸

A arrogância dos médicos titulados, o despotismo dos sanitaristas e a desumanidade e o desrespeito que os “papafigos” da Rockefeller impunham à população era demais para Hortênsio Ribeiro. Por isso ele preferia defender Língua de Aço. Agindo assim, não apenas estava se colocando em favor de um único homem, mas garantindo a sobrevivência de métodos seculares de cura que não precisassem passar pelo crivo dos déspotas do conhecimento científico. Agindo assim, ele estava negando à medicina oficial a conquista de seu maior objetivo: o de estabelecer-se como mecanismo legal e único de gerenciar os corpos, a vida e a morte das pessoas.

3.2 Os “loucos” e os “sãos”

³⁶ “Medicina popular”. *A União*, edição de 03/08/1935.

³⁷ “Nota do Dia”. *A União*, edição de 26/06/1934.

³⁸ Idem.

Uma das diversas facetas da ação do discurso civilizador consistiu na “higienização social”, resultando na tentativa de retirar das ruas os elementos não adaptados ou não atraentes aos olhos e aos narizes das elites sedentas por progresso, aformoseamento, higiene, modernidade e forasteiros³⁹.

Com este intento, a ação se deu especialmente sobre os pobres, as prostitutas, os mendigos e os loucos. Enquanto os pobres e as prostitutas foram expulsos das áreas centrais da cidade, deslocando-se para as periferias e para a zona da “Mandchuria”, os mendigos e os loucos foram encarcerados em asilos de mendicidade ou de alienados.

Assim é que, ainda no ano de 1913, constrói-se na capital o *Asylo de Mendicidade*, para abrigar os mendigos que perambulavam pelas ruas. Bem distante da razão filantrópica deste ato, o objetivo maior consistia mesmo em retirar das ruas e, conseqüentemente, das vistas da população e das elites, aqueles seres que, muitas vezes marcados com as pústulas que a varíola havia lhes deixado, “espalhavam doenças ao povo” e comprometiam os anseios de progresso do Estado.

No primeiro aniversário de fundação do asilo, o dr. Flavio Maroja comentou:

Desde aquele dia a nossa capital deixou de ser o teatro de scenas impressionantes, o alvo dos comentarios desabonadores de quantos a visitavam, rehabilitando-se nesse ponto moral e socialmente, libertando-se, enfim, de umas tantas chagas que outros não souberam curar (...) É certo que o mal, á maneira das epidemias de fácil propagação, ganhava terreno, alastrava-se, ceifando, não ‘vidas preciosas’, mas actividades, brios e energias com os prejuízos decorrentes dessa industria que o tempo nos veio patentear de modo claro e insophismavel.⁴⁰

Entretanto, tais qual a “família de olhos baudelaireana”⁴¹, os mendigos acabavam sempre (re)encontrando o caminho para as ruas. Em 1934, a capital já estará novamente com suas veias e artérias repletas desses protagonistas de “cenas deploráveis” para a cidade moderna:

Ainda ontem, assistimos a um desses mendigos proferir uma série enorme de desaforos a uma distinta senhorita, que se achava à janela de sua residência, simplesmente pelo fato de haver dito, que não tinha, no momento, a esmola pedida. E, se não fosse a imediata reação de algumas pessoas, o *mendigo valente* teria ido mais longe no seu desaforo. Outros muitos se postam às calçadas das ruas mais movimentadas, pedindo em altos brados, e ameaçando aos que não lhe podem prestar a atenção requerida. (...) Impossível se torna, hoje, em nossa capital, a qualquer pessoa, fazer uma compra num estabelecimento comercial sem que não seja imediatamente importunado por um indigente, mais ou menos malcriado. Isso não pode deixar de ser um martírio terrível! Ainda mais quando

³⁹ Apesar das descobertas de Pasteur e do avanço da bacteriologia, durante as primeiras décadas do século XX, confrontavam-se ainda as duas visões da origem das doenças: a pré-pasteuriana, baseada na doutrina dos miasmas, e a bacteriológica. Nossas elites, portanto, ainda passaram muito tempo divididas entre *miasmas* e *micróbios* (Cf. SÁ, 1999). Uma interpretação mais ampla da doutrina dos miasmas, por sua vez, baseada nos estudos de Alain Corbin, leva-nos a crer que não só o odor de organismos em putrefação poderia propagar doenças, mas quaisquer tipos de odores fétidos. Desta forma, para o olfato “refinado” das elites burguesas, o cheiro do pobre era cheiro da sujeira, dos aglomerados, da falta de higiene, e este também estava propício a propagar males à população sadia (Cf. CORBIN, 1996; RODRIGUES, 1999; SOUSA, 2001).

⁴⁰ A *União*, edição de 01/03/1914.

⁴¹ Cf. BERMAN, 1997

o comprador consegue uma diminuiçãozinha de preços nas mercadorias ou objetos adquiridos, eis que o indigente reclama-o e mais alguma coisa, desmanchando-se em impropérios e pragas medonhas, quando não é servido. E a maioria deles é assim, infelizmente.⁴²

Campina Grande, por sua vez, demorou a ter o seu asilo de mendicidade. Antes dele, houve, entretanto, tentativas de isolar os mendigos da cidade em algum local, distante das áreas centrais e dos olhos e narizes burgueses.

Em abril de 1931, por exemplo, uma comissão composta pelos srs. Umberto Di Pace, Rodrigo Farias e M. de Almeida Barreto procurou a redação do jornal *Brasil Novo* para que esta apoiasse a idéia de se ordenar um “socorro” aos mendigos que perambulavam pela cidade. A Comissão era apoiada pelo prefeito Lafayette Cavalcanti, que se dispôs a sair pela cidade cadastrando comerciantes interessados em apoiar financeiramente a idéia, auxiliando os mendigos “sem que elles às suas portas venham interromper as suas ocupações, e quiçá transmittir á casa de suas famílias o micróbio infeccioso de que se acham contaminados quasi todos, pela falta absoluta de hygiene”⁴³.

E ainda mais o Prefeito Lafayette poz a disposição da Comissão a contribuição da Prefeitura, material, policial e moral, accordando que se devia escolher um lugar, afastado da cidade, em que se localisasse o dispensario citando – o Hospital Pedro I, em construção, ou qualquer outro local, como seja – o pavilhão que a “Deus e Caridade” está construindo para abrigo dos mendigos, alem do Açude Velho.⁴⁴

Já em construção desde o ano de 1929, apenas em setembro de 1931 seria inaugurado o *Asilo de Mendicidade Deus e Caridade São Vicente de Paulo* dirigido por irmãs da Sociedade Beneficente Deus e Caridade, à rua do Açude Velho (atual Paulo de Frontin). Além de ser um asilo para recolhimento dos mendigos da cidade, prestou-se também a outras funções, sendo uma delas a de escola para crianças pobres. Seria aí onde, uma década depois, o pobre garoto Manuel Mendes, que se distraía tomando banho no Açude Velho e jogando pedras nos urubus que pousavam no telhado de sua casa, estudaria o primário⁴⁵.

Entretanto, também em Campina Grande não se conseguiu asilar os mendigos de forma definitiva. As ruas continuaram – e continuam ainda hoje – sendo freqüentadas e habitadas por muitos.

Outra “chaga social”, a loucura, também seria ocultada com o surgimento dos asilos. A Parahyba do Norte só ganharia um asilo no ano de 1928, com o *Hospital de Alienados Juliano Moreira*, enquanto que Campina Grande demoraria mais algumas décadas para

⁴² “A cidade e os mendigos”. *A União*, edição de 13/04/1934.

⁴³ “Socorro aos mendigos”. *Brasil Novo*, edição de 01/04/1931.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Cf. MENDES, 1999.

ganhar os seus. Antes do Juliano Moreira, entretanto, tentava-se mandar os loucos de Campina Grande para os asilos da cidade de Recife⁴⁶.

Assim como os mendigos, alguns “loucos” arranjavam um jeito de opor-se ou mesmo burlar as normas que tentavam lhes impor, não sendo meros corpos dóceis. O *Brasil Novo*, por exemplo, em 1931, conta-nos de três loucos que perambulavam pela cidade e que ficavam furiosos quando pessoas “da sociedade” lhes chamavam por nomes como “couro grosso”, “macaca oca”, e “galdino morreu”. “Os indigentes, em número de três, ficam furiosos e desandam num destampatório de palavras as mais indecentes”⁴⁷.

E ainda, se o louco, assim como o mendigo, era considerado uma “classe perigosa”⁴⁸, o que extrair do caso da louca Vicência narrado por *A União* em 1934? Este jornal denunciou a ação de “dezenas de moleques vagabundos” que andavam perambulando pelas ruas da cidade lançando “pilhérias nos transeuntes e apedrejando uma pobre louca chamada Vicência que vive esmolando nessa cidade sem ofender a ninguém”⁴⁹.

Afinal, quem era a classe perigosa? Quem representava o perigo? O louco ou o “normal”? De forma geral, o perigo devia consistir na presença do louco e nas ações que tal presença levava os “sãos” a fazer. Apesar de a literatura histórica estar repleta de casos de “loucos” que agrediam física ou verbalmente as outras pessoas, está também repleta de casos em que isto ocorre devido a uma incitação dos “sãos”, que, como no caso de Vicência, que não “ofendia a ninguém”, ou como no exemplo anterior, simplesmente eram provocados, incitados, apedrejados.

O perigo do louco, portanto, não residia somente nas ações deste, mas também nas ações de estranhamento que os “sãos” muitas vezes tinham com ele. Permitir essa convivência dos diferentes, assim, era permitir que essas tensões continuassem a ocorrer, era permitir que o homem constantemente estivesse às voltas com um outro que lhe incomodava, não tão só por atos próprios, mas pelo que simbolizava – a des-razão, o “caos” num mundo de ordem, a incerteza na certeza, a falha do projeto iluminista de governo da razão.

Por tudo isto, o louco precisava sair das vistas da burguesia, precisava ser internado ou, ao menos, mandado embora.

Um caso de burla dessa pretensão elitista bem emblemático que nos é narrado pelo jornal *O Campina Grande*, de 1909, é o do “louco Camillo”.

O jornal, em sua edição do dia 21 de fevereiro de 1909, na seção denominada “Acto de Caridade”, informou que algumas “Exmas. Famílias” requisitaram que o periódico abrisse uma subscrição em favor do “louco Camillo”, “muito conhecido nesta cidade”, a fim de

⁴⁶ Em Pernambuco, no ano de 1864, foi instalado o Hospício de Visitação de Santa Isabel, sendo posteriormente relocado e substituído pelo Hospício de Alienados, chamado a “Tamarineira”, no ano de 1883, hoje em dia conhecido como Hospital Ulysses Pernambucano (cf. MEDEIROS, 1999)

⁴⁷ “Com vistas à polícia”. *Brasil Novo*, edição de 04/07/1931.

⁴⁸ Para uma discussão sobre o conceito de classes perigosas, cf. CHALHOUB, 1996.

⁴⁹ “O que vai pelo interior”. *A União*, edição de 09/09/1934.

arrecadar-se a importância necessária para a condução do “mesmo louco até o Azilo de Alienados do Recife”⁵⁰. A própria redação do jornal, na mesma edição, abriu a arrecadação com a doação de 2\$000.

Nas edições seguintes⁵¹, outras pessoas responderam ao “digníssimo ato de caridade” – dentre eles, o Major Juvino do Ó, Lino Gomes, Manoel Uchoa, etc – doando importâncias que eram publicadas pelo jornal como prestação de contas aos contribuintes. Na edição do dia 21 de março, ou seja, um mês depois de aberta a subscrição em favor do “louco” Camillo, já havia sido arrecadada a quantia de 44\$500 de mais de quarenta depositários. “Brevemente seguirá para o azilo o louco Camillo”, anunciava com ar de satisfação a edição de *O Campina Grande* da semana seguinte.

Pois bem, arrecadado o dinheiro, eis que o “louco” Camillo consegue burlar os anseios das elites campinenses. Simplesmente desaparece. Ninguém mais o vê, nem consegue localizá-lo, nem ao menos se sabe informar o que houve com ele.

O jornal, dando conta do seu desaparecimento, convoca a todos os que haviam contribuído para a sua internação que retornem à redação do periódico a fim de receber a restituição das importâncias doadas⁵².

E, mais uma vez, os anseios de controle e normatização da sociedade burguesa são frustrados por um homem simples que, tal qual o homem ordinário certauniano, consegue se desvencilhar das redes de poder em que está inserido, como freqüentemente ocorre nas invenções do cotidiano⁵³.

Considerações Finais

Narrar esses casos, extraídos das páginas de jornais como *O Campina Grande*, *A União*, *Brasil Novo* e *A Batalha*, ajuda-nos a apresentar Campina Grande num momento particular de sua história: um momento em que o objetivo almejado pelas diversas elites era o de “civilizar” a cidade, “europeizá-la”, mas, para se alcançar este fim, diversos eram os meios, diversos eram os projetos, nem sempre harmônicos entre si.

Não há que se falar, assim, em *um projeto* para civilizar Campina Grande, mas na multiplicidade de projetos – projetos de juristas, médicos, administradores, jornalistas, comerciantes etc.; e que, não raramente, tais projetos se confrontavam, gerando tensões e conflitos que muitas vezes poderiam chegar a agressões físicas ou mesmo ameaças de morte.

⁵⁰ “Acto de caridade”. *O Campina Grande*, edição de 21/02/1909.

⁵¹ “Acto de caridade”. *O Campina Grande*, edições de 28/02/1909 e 21/03/1909.

⁵² *O Campina Grande*, edição de 23/05/1909.

⁵³ Cf. CERTEAU, 2003.

Por outro lado, havia também as tensões entre esses diversos projetos de civilização e o cotidiano do povo, originadas da necessidade de se “moldar” essa população, física e mentalmente, às exigências burguesas. A pasteurização do leite⁵⁴ e a vacinação obrigatória responderiam à exigência de um corpo saudável, e a ação da Missão Rockefeller levaria à formação de uma “consciência sanitária”⁵⁵. A forma, entretanto, como isto foi (im)posto à população, autoritária e desrespeitosa, gerou tensões que se expressaram pelo confronto físico contra os agentes da norma imposta – como nos embates contra a Missão Rockefeller –, ou, por parte dos mais inventivos, meios de burlar essas regras – fugindo, pois, do condicionamento da norma, da passividade esperada.

Campina Grande, assim, virou território de vários conflitos entre os diversos segmentos que compunham a sociedade – população pobre, mendigos, loucos, advogados, médicos, administradores, comerciantes, jornalistas – que tinham seus próprios modos de significar a vida e as relações cotidianas.

A profusão dessas idéias oriundas da modernidade européia apropriadas pelos letrados na Campina do início do século poderia, por vezes, constituir, como nos exemplos apontados, um embate, um campo de batalha entre os diversos projetos em que se digladiavam juristas, cronistas, médicos, comerciantes, dentre outros, no intuito de construir Campina G(g)rande.

Referências Bibliográficas

AGRA, Giscard F. **A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935**. Campina Grande, PB: Graf. Marcone, 2006a.

AGRA, Giscard F. “Higienizar o leite, gerenciar o organismo: a pasteurização como conflito na construção de Campina G(g)rande, 1935”. **II Encontro da ANPUH/RN. VI Semana de Estudos Históricos do CERES/UFRN**. Caicó, RN, maio de 2006b.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1962.

BERMAN, Marshall. “Baudelaire: o modernismo nas ruas”. In: **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 127-165.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas – o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Universitária, 1982, pp. 65-109.

_____. **A invenção do cotidiano**. [trad. Ephraim Ferreira Alves]. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003 (vol. 1 – Artes de fazer).

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. “Para que servem os narizes? – Paternalismo, darwinismo social e ciência racial em Machado de Assis”. In: CHALHOUB, Sidney et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2003, pp. 19-55.

⁵⁴ Cf. AGRA, Giscard F. “Higienizar o leite, gerenciar o organismo: a pasteurização como conflito na construção de Campina G(g)rande, 1935”. **II Encontro da ANPUH/RN. VI Semana de Estudos Históricos do CERES/UFRN**. Caicó, RN, maio de 2006b.

⁵⁵ Para mais casos extraídos dos jornais de época, cf. AGRA, 2006a.

CORBIN, Alain. "O fedor do pobre". In: **Saberes e odores: o olfato e o imaginário nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 183-206.

COSTA, Ângela Marques da. et SCHWARCZ, Lília Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (Virando séculos).

Enciclopédia Barsa, vol. 12, 1987, p. 468

CAMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande: Edições Caravela, 1988.

_____. "Renovação urbana". In: **Os alicerces de Campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal/Caravela, 1999.

FOUCAULT, Michel. "O nascimento da Medicina Social". In: **Microfísica do Poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 79-98

MEDEIROS, Tácito. Psiquiatria e Nordeste: um olhar sobre a história. **Revista Brasileira de Psiquiatria** [online]. Julho/Setembro 1999, vol. 21, n. 03. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2005.

Memorial urbano de Campina Grande. Campina Grande, PB: Prefeitura Municipal, 1996.

MENDES, Manuel. **O menino do Tracunhanhém**. Brasília: Thesaurus, 1999.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti. "Fora da higiene não há salvação: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano". **Mneme** – Revista de Humanidades. Natal, RN, s.d. Disponível em: <www.seol.com.br/mneme/resumo.php?atual=033&edicao=7>. Acesso em: 7 jan. 2004.

RODRIGUES, José Carlos. "Higiene e vigilância" et "Indivíduo e decomposição". In: **O corpo na História**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios**. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 2 ed. Porto, Portugal: Afrontamento, 1988.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. O corpo e a cidade na civilização Ocidental [trad. Marcos Aarão Reis]. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. "Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso". In: SEVCENKO (org.) **História da vida privada no Brasil** – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 (v. 3), pp. 07-48.

_____. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. "Imagens da cidade: letrados, políticas e memórias". In: **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande (1920-1945). Doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2001, pp. 245-318.

VERAS, Cassandra Carmo de Lima. **O espelho de Narciso**: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945). Bacharelado em História. Campina Grande: UFPB Campus II, 1988.

RESUMO: A emergência dos discursos científicos da modernidade provocou uma mudança no olhar lançado a hábitos e costumes urbanos nas primeiras décadas do século XX. Até então vistos como hábitos comuns, cotidianos e até mesmo saudáveis, passaram a ser ditos e vistos como atrasados e anti-higiênicos, e as cidades e seus moradores se tornaram corpos doentes a serem medicados em nome do progresso. Narramos, assim, uma história possível das idéias que nomearam e classificaram a doença como um elemento a ser superado pelos conhecimentos científicos da modernidade, e como essas idéias foram apropriadas, transformadas e enunciadas na cidade de Campina Grande, entre 1877 e 1935, com o objetivo declarado de torná-la "grande", moderna, civilizada e higiênica.

Palavras-chave: saúde pública; modernidade; doenças.